

Especial
Preservação x Desenvolvimento

População cresce. E faltará espaço para novas moradias

Se previsões de aumento de habitantes se concretizarem, não haverá terrenos para acomodar a todos

DA REDAÇÃO

Em 30 anos, de 1980 a 2010, o Estado de São Paulo somou 16 milhões (alta de 64,77%) de moradores à sua população. No mesmo período, foram construídos sete milhões (aumento de 121,10%) de domicílios. Na Baixada Santista, essa expansão também ocorreu: acréscimo de 703 mil (73,13%) novos moradores e evolução de 295 mil (126,85%) imóveis permanentes.

A necessidade de novas residências ocorre principalmente pela mudança no perfil etário da população. O número de pessoas com idade acima dos 25 anos aumenta a cada década e os idosos vivem mais, havendo menos reciclagem de moradias.

Sendo assim, é fato que a demanda por domicílios vai continuar aumentando nos próximos anos. E como acomodar os novos empreendimentos, necessários ao crescimento populacional, se as terras são raras?

É bom lembrar que a Região possui quase 70% do seu território enquadrado como áreas naturais, taxa bem acima das demais regiões metropolitanas e também do patamar de 15,78% do Estado. Em Bertioga a situação é mais acentuada – a Cidade tem 78,05% de áreas naturais.

ATRASO

Para o jornalista e consultor Rodolfo Amaral, da Consultoria R. Amaral & Associados, essa realidade de “santuário ecológico” faz com que algumas cidades fiquem atrasadas economicamente em relação às outras e, conseqüentemente, menos desenvolvidas do ponto de vista social.

“É exatamente esse tipo de caracterização que necessita ser analisado com o devido equilíbrio racional por aqueles que são responsáveis pela elaboração das leis. Nenhuma localidade deste País pode ser impedida de buscar seu desenvolvimento econômico e assegurar meios de subsistência aos seus moradores, apenas porque milhares de outros municípios se desenvolveram sem levar em conta os adequados parâmetros de sustentabilidade”, afirma o consultor.

IMPACTOS

Nos últimos 26 anos, a Mata Atlântica perdeu uma área equivalente a 17.354 km² (ou 13,19% do seu universo), em todo o território nacional, por motivos diferenciados. Mas os impactos desse desmatamento foram distintos em alguns estados brasileiros, embora a legislação Federal deva ser aplicada de forma igual em todo o País.

A abertura ou expansão de acessos (rodovias, ferrovias, portos, aeroportos etc) foram sendo desenvolvidas de formas variadas, o que gerou desníveis no desenvolvimento econômico das regiões.

Ou seja, os que mais desmataram desfrutaram hoje de maior solidez administrativa e mantêm seus investimentos e arrecadações em alta. Aqueles que preservaram, por outro lado, convivem com mais áreas verdes, estão mais próximos da natureza, mas não reúnem benefícios suficientes para que a vida em sociedade seja sustentável. É o desnível no aproveitamento do solo.

No Estado de São Paulo, por exemplo, existem quatro regiões metropolitanas que envolvem 106 municípios e uma área de 30.281,92 km² de extensão territorial. Desse universo, apenas 7.615,24 km², ou 25,20%, estavam enquadrados como áreas naturais (mata atlântica, mangues, restinga e várzeas), ao final de 2011, segundo dados divulgados pelo Instituto Nacional de Pesquisas Espaciais (INPE).

LEIA AMANHÃ: PRESERVAÇÃO AMBIENTAL POTENCIALIZA A VERTICALIZAÇÃO

Preservação

A Região Metropolitana da Baixada Santista possui um nível de preservação de 69,16%, bem superior aos 25,20% apurados pela média das quatro regiões metropolitanas (incluindo São Paulo, Campinas e o Vale do Paraíba). Bertioga – o mais novo município da região – registra uma área natural de 78,05% do seu território, mas tem seu desenvolvimento comprometido ou congelado porque outras localidades não seguem as normas de preservação ambiental

Divisão

Dos 1.673,61 km² preservados na Baixada Santista, 1.090,97 são de Mata Atlântica, 472,83, de restinga, 109,04 de mangue

O repasse na receita

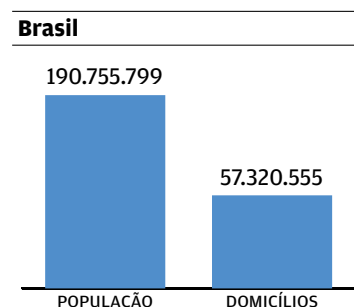
Ano	Receita própria Baixada (R\$)	ICMS Ecológico	Em (%)
2006	1.109.377.040	6.032.720	0,54
2007	1.223.599.623	6.447.145	0,53
2008	1.396.498.156	7.460.527	0,53
2009	1.470.466.599	7.887.788	0,54
2010	1.616.778.736	9.043.931	0,56
2011	1.906.148.217	9.586.643	0,50
2012	2.123.744.270	10.208.652	0,48
Total	10.846.612.641	56.667.406	0,52

Fonte: R. Amaral Consultoria, Pesquisa e Análise de Dados

Zoneamento

A Política Nacional do Meio Ambiente define o Zoneamento Ecológico-Econômico (ZEE) como o instrumento básico de organização do território, objetivando organizar, de forma vinculada, as decisões dos agentes públicos e privados quanto a planos, programas, projetos e atividades que, direta ou indiretamente, utilizem recursos naturais, assegurando a plena manutenção do capital e dos serviços ambientais dos ecossistemas

Relação entre população e domicílios - Censo 2010



Região metropolitana



ÁREA TOTAL DA BAIXADA SANTISTA
2.419,95 km²



ÁREAS NATURAIS DA BAIXADA SANTISTA
1.673,61 km²

Itanhaém
76,74%

ÁREA TOTAL
601,67 km²

ÁREAS NATURAIS
461,73 km²

MATA ATLÂNTICA
290,20 km²

Peruíbe
69,27%

ÁREA TOTAL
324,14 km²

ÁREAS NATURAIS
224,52 km²

MATA ATLÂNTICA
138,27 km²

São Vicente
58,46%

ÁREA TOTAL
147,89 km²

ÁREAS NATURAIS
86,46 km²

MATA ATLÂNTICA
69,53 km²

Cubatão
55,42%

ÁREA TOTAL
142,88 km²

ÁREAS NATURAIS
79,18 km²

MATA ATLÂNTICA
65,38 km²

Paria Grande
61,41%

ÁREA TOTAL
147,07 km²

ÁREAS NATURAIS
90,31 km²

MATA ATLÂNTICA
50,12 km²

Mongaguá
77,74%

ÁREA TOTAL
142,01 km²

ÁREAS NATURAIS
110,40 km²

MATA ATLÂNTICA
72,99 km²

